

Crise orçamentária no município de Betim

Budget crisis in the municipality of Betim

Luiza A. B. Araújo; Pilar de Souza; Paula C. Elói.

Faculdade Mineira de Direito, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais Campus Betim, Rua do Rosário, 1081, Bairro Angola, Betim, Minas Gerais, CEP32604-115, luiza-araujo18@hotmail.com.

Palavras-chave: orçamento municipal; receitas; previsão de repasse; calamidade financeira; direito financeiro.

Keywords: municipal budget; revenue; repast; forecast calamity financial; financial law.

Introdução: O presente trabalho de conclusão de curso tem por finalidade contribuir para uma compreensão adequada das finanças públicas do município de Betim e das razões que levaram o decreto do Estado de Calamidade Financeira realizado no ano de 2016. O **objetivo** geral do trabalho é averiguar e identificar o planejamento, execução e o controle orçamentário do Município de Betim, bem como o decreto de calamidade financeira e seus objetivos que ensejam o embasamento jurídico, e seus efeitos a população betinense. **Metodologia:** Foram pesquisados artigos à luz do orçamento público, somados a livros referentes à temática em questão. As Leis Orçamentárias Anuais do período de 2012 à 2016, bem como as arrecadações tributárias efetivas seja ela própria ou de transferência do Estado e União. Analisou-se os comparativos quanto aos critérios das estimativas de receitas e suas realizações, através dos balancetes de execução de receitas, e também pela vertente da Lei de Responsabilidade Fiscal. **Resultados:** verificou-se do ponto de vista financeiro que a o município de Betim é dependente quanto às transferências de receitas de outros entes federados, em especial as receitas de capital e transferência de capital. Comprovando que o mesmo não tem alta arrecadação de tributos de competência própria. Percebeu-se pela análise das leis orçamentárias de 2012 à 2016 uma incoerência entre as estimativas de gastos de um exercício financeiro para o outro. Não houve adequação dos gastos (despesas) em face da queda ocorrida das receitas líquidas dos anos realizados. O decreto de calamidade financeira que visa esclarecer a população civil sobre os acontecimentos que ocorrerão para amenizar o déficit de receitas, não foi a melhor escolha para contornar as situações enfrentadas pelo Governo, ainda mais pela questão da comoção social, e sobre cortes de despesas essenciais como a saúde, mesmo com amparo à Lei de Responsabilidade fiscal.